



## ATA ORDINÁRIA Nº 2795/2019

1  
2 Aos dois dias do mês de abril de dois mil e dezenove, às dezoito horas a primeira chamada  
3 e às dezoito horas e trinta minutos a última chamada, reuniram-se para reunião  
4 extraordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do  
5 Município de Porto Alegre, sito Rua Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º andar/sala de  
6 reuniões, nesta capital, sob a coordenação de Maurício Fernandes, **Presidente e**  
7 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade**, e na presença dos  
8 **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Rodrigues Furtado (Titular),  
9 **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia de Oliveira Freitas (2ª  
10 Suplente), **Empresa Pública de transporte e Circulação – EPTC**; Fernanda Garcia  
11 Hochwart (Titular), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional –**  
12 **METROPLAN**; Gabriel Zunazzi Dornelles (1º Suplente), **Secretaria Municipal do Meio**  
13 **Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular),  
14 **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Er de Macedo Martins  
15 (1º Suplente), **Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI**.  
16 **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular),  
17 **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Darci Barnech Campani (Titular),  
18 **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires  
19 Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer  
20 (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA**; Emílio  
21 Merino Dominguez (2º Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul –**  
22 **CAU/RS**; Clarisse Misoczky de Oliveira (Titular), **Instituto de Arquitetos do Brasil –**  
23 **IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio**  
24 **Grande do Sul – SAERGS**; Sérgio Luiz Brum (Titular), **Sindicato dos Engenheiros do**  
25 **Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Sérgio Koren (1º Suplente), **Sindicato das Indústrias**  
26 **da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de**  
27 **Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE**  
28 **CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP.**  
29 **1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP.**  
30 **2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento**  
31 **Três – RGP. 3**; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), **Região de Gestão de**  
32 **Planejamento Quatro – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de**  
33 **Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de**  
34 **Planejamento Sete – RGP. 7**; e Emerson Gonçalves dos Santos, **Temática de**  
35 **Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-**  
36 **HOCDDUA**. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Gabriele Aquino e André Luiz, **Secretária**  
37 **Executiva, servidores da SMAMS**; Patrícia Costa Ribeiro, **Tachys Graphen – Serviços**  
38 **Taquigráficos**. **PAUTA**: 1. Abertura; 2. Votação da Ata 2792; 3. Apresentação do  
39 funcionamento das aprovações de projetos e contrapartidas sob responsabilidade  
40 da PGM; 4. Comunicações; 5. Processos na pauta do Conselho para conhecimento.  
41 Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às  
42 18h36min. 1. **ABERTURA**. Maurício Fernandes, **Presidente e Secretário Municipal do**  
43 **Meio Ambiente e da Sustentabilidade**: Muito boa tarde a todos os conselheiros. Eu quero  
44 registrar e agradecer a presença do Presidente da ASBEA, o Vicente Brandão, que está  
45 aqui conosco. Seja bem vindo, obrigado por acompanhar a reunião, quero também  
46 apresentar aos senhores a Gabrielle, nossa servidora que está entrando e vai assumir a  
47 Secretaria Executiva do Conselho. A Sabrina e o Andrezinho continuam conosco e a



48 Gabrielle vai nos acompanhar permanentemente. Seja bem vinda, Gabrielle. Depois a  
49 gente troca a lista de emails e contatos. Qualquer coisa que vocês precisarem podem  
50 procurar direto a Gabrielle ou a mim também, o próprio Andrezinho, a Sabrina, fiquem à  
51 vontade. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:**  
52 **QUESTÃO DE ORDEM**, Senhor Secretário. Há tempos fizemos todo o ritual da Macro 10 e  
53 tenho informações que o Sr. Prefeito já homologou, já assinou o documento. Então, nós  
54 gostaríamos de solicitar que acontecesse a primeira reunião. Também solicitar que essa  
55 reunião fosse aqui, no horário anterior, para que a gente possa aproveitar bem o horário da  
56 tarde e permanecer aqui, até por custos e porque fica mais fácil para todos nós. Então,  
57 essa é uma das questões, eu já havia solicitado, o senhor ainda estava de férias, mas nós  
58 não recebemos nenhum retorno. Outra questão, mesmo não havendo votação hoje, eu  
59 gostaria de ver a possibilidade de ser invertida a Ordem do Dia. Pode ser? **Maurício**  
60 **Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**  
61 **Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheira, a questão da reunião, isso não é questão de  
62 Ordem, mas está anotado. Eu peço que a Gabrielle diligencie as reuniões da Macro 10,  
63 que são sob responsabilidade da SMDE. A gente encaminha sim o seu pedido sem  
64 problema algum. Depois só ajusta com a Gabrielle qualquer questão para diligenciar. Em  
65 relação ao pedido de inversão de ordem, a ideia é fazer comunicações agora? É isso?  
66 Está bem. O Conselheiro Sérgio Brum também está pedindo. Eu coloco em votação a  
67 inversão da pauta para fazer comunicações neste momento. Quem é favorável, por favor,  
68 que se manifeste. (Contagem de votos = 18 votos). Quem é contrário? (Contagem de votos  
69 = 01 voto). Abstenções? (Contagem de abstenções = 02 abstenções). **APROVADA A**  
70 **INVERSÃO DE PAUTA.** Então, está invertida a pauta. **Sérgio Saffer (Titular),**  
71 **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** **QUESTÃO DE**  
72 **ORDEM.** Nós vamos continuar até o convidado chegar, é isso? **Maurício Fernandes,**  
73 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**  
74 Não, foi invertida a pauta, conselheiro. Acabamos de inverter a pauta. Então, como é de  
75 praxe o microfone começa passando, 3 minutos cada um. **Sérgio Luiz Brum (Titular),**  
76 **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Eu ia levantar um  
77 assunto que todos vocês estão vendo na cidade hoje, que é o uso dos patinetes, isso é  
78 mobilidade urbana, isso eu pelo menos não tenho conhecimento, talvez eu não esteja  
79 adequadamente informado sobre qualquer licenciamento desses veículos, não tenho  
80 conhecimento sobre qualquer licenciamento da empresa que está comercializando esses  
81 veículos, o uso desses veículos. Não vejo nenhuma regulamentação, os veículos estão  
82 sendo utilizados dentro de um raio definido pela empresa e dentro desse raio, após a  
83 utilização são atirados em qualquer lugar. Em frente ao meu escritório esses dias tinha 03  
84 patinetes na calçada, atirados de qualquer jeito lá. Estavam lá na calçada, as pessoas  
85 tinham que contornar na calçada, as pessoas tinham que contornar os patinetes para  
86 percorrer a calçada, por sorte eles não colocaram na entrada de carros, senão talvez  
87 alguém passasse por cima daquela geringonça. Bom, eu acho que qualquer coisa que  
88 circule nesta cidade deve, em primeiro lugar, ter licenciamento para circular. Por quê? Vão  
89 esperar um patinete atropelar uma velhinha, a velhinha morrer para ir pensar no  
90 licenciamento? Não é por aí! A segunda coisa, penso que qualquer empresa que opere  
91 qualquer serviço nesta cidade tem que estar licenciado pelo município. Tem que pagar  
92 ISQN, tem que se submeter a uma regulamentação e eu não estou vendo regulamentação  
93 nenhuma, não sei se esta empresa responde e se responde perante quem. Bom, fora isso  
94 eu vejo que se não está licenciada, se não tem autorização para prestar serviços e presta  
95 serviços com veículos, a EPTC deveria pegar um dos seus guinchos e ir juntando uma



96 pilha de patinetes, jogando em um depósito onde eles estivessem apreendidos até serem  
97 regulamentados ou não. Se não fazem isso, eu estou enxergando, ela está enxergando, tu  
98 estás enxergando, o prefeito está enxergando, a EPTC está enxergando, o secretário que  
99 licencia os alvarás para comércio e serviço está enxergando. E se ninguém está fazendo  
100 nada e deveria fazer, é improbidade administrativa. Então, essas questões interessam para  
101 nós aqui sim no Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental. Isto é meio  
102 ambiente? É. Isto é mobilidade urbana? É. Isto é uso do espaço urbano? É. Ou será que  
103 patinete é mobiliário urbano licenciado? Se não é eu acho que nós temos que buscar as  
104 providências, Secretário. Era isso o assunto que eu queria levantar. Obrigado! **Paulo**  
105 **Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:**  
106 Boa tarde. Pessoal, o meu informe, no dia 31 teve o carnaval da Cruzeiro, um carnaval  
107 comunitário, botamos quase 4 mil pessoas a comunidade participou, o comércio vendeu  
108 bastante bebida. Então, no carnaval também dá dinheiro, a costureira dá emprego, tem o  
109 governo municipal com esta visão. No Rio de Janeiro dá dinheiro, em São Paulo, na Bahia,  
110 em Porto Alegre ainda estamos discutindo. Na comunidade também dá dinheiro, são os  
111 cursos para a gurizada sobre carnaval, dança, a comunidade da periferia, da favela  
112 participa. Então, foi muito bom o nosso carnaval comunitário. Quero convidar os nossos  
113 conselheiros para o dia 06 agora, na rua (Inaudível), mobilidade urbana saudável. É um  
114 projeto que estamos trabalhando na região, que a primeira coisa é ver a Avenida Tronco, a  
115 extensão dela, aí o arquiteto louco dessa avenida, para mim é um louco, criou uns baitas  
116 bolsões, com uma largura nos canteiros e o pessoal não tem uma praça, não tem uma  
117 área de lazer, está prejudicada. Nós tínhamos 4 campos, a gurizada jogava futebol e as  
118 famílias iam com seus filhos. Esse arquiteto que projetou essa avenida não olhou a  
119 comunidade, olhou ele, o ego dele. Inclusive, eu me sentei com o Secretário Maurício para  
120 nós fazermos a área de lazer, porque só precisa disso aí. Como projeta um bairro sem  
121 praça? Se fosse na Goethe, na Assunção – Ah, não! Esse arquiteto sentaria com a  
122 comunidade da Assunção, porque respeitaria os advogados, os arquitetos, ia apresentar o  
123 projeto. A favela não, quase colocam goela abaixo. E não muda, depois do arquiteto fazer  
124 um projeto não aceita ser mudado. O ego do arquiteto é muito perigoso, porque não  
125 admite mexer no projeto dele. Com isso o grande problema, ele não aceita. Só tem uma  
126 coisa, ele vai para casa dele, vai para Miami, nós ficamos na favela. Então, eu gostaria de  
127 pedir aos conselheiros que se pudessem no sábado, das 9 às 12 horas, tem uma equipe  
128 de arquitetos, de jovens, uma gurizada nova, que vão apresentar para a comunidade esse  
129 projeto que vai ter, porque vai ter a ciclovia na avenida. Agora, a minha preocupação é  
130 colocar uma ciclovia na Tronco, porque ali vai ser brabo, porque o assalto vai pegar, né.  
131 (Risos). Isso vai ser brabo. (Sinalização de tempo esgotado). Peço aos conselheiros,  
132 inclusive, a minha amiga arquiteta da UFRGS, que está presente aqui, que eu admiro ela,  
133 se estiver presente lá, porque tu és a pessoa principal dessa articulação. (Aplausos). Para  
134 ela eu bato cabeça! Kaô, meu pai! Kaô! Kaô! Então, pessoal, meus conselheiros, isso vai  
135 ser uma coisa importante para a nossa avenida, que vai ligar a zona norte com a zona sul.  
136 **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:**  
137 Primeiro, saudar a todos conselheiros e conselheiras, mas é interessante o que está  
138 acontecendo em Porto Alegre. Eu estou me perguntando qual é o papel deste Conselho na  
139 política urbana de Porto Alegre, porque são tomadas decisões sem passar por este  
140 Conselho. Agora, o mais novo negócio são os parques e praças. Amanhã, na Câmara de  
141 Vereadores, terá a votação, entraram na calada da noite com o tal projeto, o prefeito se  
142 acha dono de Porto Alegre, eu não sei qual a legitimidade e quero que os juristas  
143 expliquem qual a legitimidade que um prefeito tem que tomar uma decisão que prejudica a



144 população, em nome de uma votação que não estabeleceu a maioria. Eu quero, como  
145 advogado, começar a questionar a legitimidade da decisão de tomada tanto pelo prefeito  
146 quanto pela Câmara de Vereadores, em conchavos escusos em troca de cargos. O  
147 Ministério Público tem que tomar uma medida, é sério o que está acontecendo em Porto  
148 Alegre em detrimento da população. A população tem que ser ouvida, tem que ser  
149 respeitada. Não é uma maioria eventual que legitima os atos. Nós estamos em um  
150 Conselheiro eleito, representamos aqui comunidades que sofrem má gestão dos gestores.  
151 Se os parques não estão sendo atendidos há problema com os servidores. Estão tirando  
152 servidores, como vai funcionar a máquina pública? Não tem como funcionar. É lamentável  
153 o que está acontecendo e a população vai padecer disso. Não adianta os grandes  
154 empresários acharem que tudo é negócio, que tudo é ganhar dinheiro. Pô, pelo amor de  
155 Deus! Porto Alegre está virando um negócio. Agora, o prefeito tira foto com a estátua do  
156 Laçador na Orla, faz uso da Orla para trazer o Pokémon, caça ao Pokémon. Então, a  
157 discussão dos problemas da cidade, das comunidades que precisam, a Restinga passando  
158 pela violência desse fim de semana. E cadê o prefeito? Houve alguma manifestação do  
159 Seu Júnior? Nenhuma! E ele é prefeito de que cidade? É lamentável! (Sinalização de  
160 tempo esgotado). E Porto Alegre não é uma cidade para ser encilhada. A minha  
161 indignação é como cidadão de Porto Alegre, mais do que conselheiro deste Conselho. E  
162 penso que a PGM, hoje temos a PGM aqui., tem que também cuidar os atos do prefeito,  
163 porque vai ter muitas ações contra a prefeitura por má gestão. Quero que a prefeitura  
164 responda a aplicação dos fundos, vereadores que eram gestores anteriormente. Se for  
165 necessário vamos começar a nominá-los, porque administraram os fundos e usaram mais  
166 os fundos. E pôr a culpa nos servidores não mesmo! Não mesmo! Era isto e obrigado.  
167 **Clarisse Misoczky de Oliveira (Titular), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS):**  
168 Boa noite. Eu vou também voltar à questão do projeto de lei que será votado amanhã e se  
169 possível que o secretário explicasse algumas questões. O projeto de lei é para autorizar e  
170 conceder os serviços de operação, administração, conservação, manutenção, implantação,  
171 reforma, ampliação ou melhoramento, bem como o uso de praças públicas e parques  
172 urbanos. Esta concessão se dará por processo licitatório, do qual o empreendedor privado  
173 poderá ter uso do espaço público por 35 anos. A minha filha, que tem 4 anos, vai ter 40,  
174 vai ter a minha idade quando acabar a concessão desses espaços. É prevista a cobrança  
175 de tarifa para acessar partes dos parques públicos ou das praças, os espaços públicos de  
176 Porto Alegre se tornarão privados, seletivos àqueles poucos que puderem pagar. Os  
177 projetos serão elaborados, como já tem a TMI do Parque da Harmonia, também pelo setor  
178 público. Os projetos urbanos e os planos de negócios serão elaborados pelo setor público,  
179 assim como foi o Cais Mauá, que é uma concessão que está há 10 anos fechada para a  
180 população, sem nenhum investimento privado sem nenhuma melhoria de ambiente  
181 construído. É o mesmo modelo da parceria público privado que ia se implementar para o  
182 metro de Porto Alegre, que não aconteceu. A Prefeitura de Porto Alegre perdeu R\$ 1  
183 bilhão a fundo perdido por meio desse modelo de implementação de projetos urbanos.  
184 Além disso, é previsto no projeto de lei que novas receitas poderão ser instituídas para  
185 prever o equilíbrio econômico financeiro de quem? Do setor público ou do setor privado  
186 que vai investir nos parques? Depois, no projeto de lei, cabe à administração pública  
187 municipal a fiscalização do contrato, que vai ser realizada pelos servidores públicos? Não,  
188 vai ser realizada também pelo setor privado, por meio de termos de cooperação, por meio  
189 de terceirizados, por meio de convênios. Lembro aqui que é por causa de um termo de  
190 cooperação com o setor privado CIERGS que as obras da Copa estão do jeito que estão,  
191 por isso a Tronco está do jeito que está. Então, eu coloco aqui uma situação gravíssima



192 esse projeto de lei, porque no projeto de lei não há nenhuma precisão de garantia do bem  
193 comum, somente os interesses privados são assegurados por este projeto de lei. Bom, os  
194 desdobramentos disso (Inaudível), desigualdade social, segregação social, só vai  
195 aumentar. O Paulo Jorge estava dizendo que não tem praça na vila, agora não vai ter  
196 praça no resto da cidade, porque tudo vai virar shopping, só pode entrar em paga. É isso,  
197 eu acho uma situação muito séria, isto não é uma questão de gestão pública, é uma  
198 questão de planejamento (Inaudível) vai gerar uma série de desdobramentos que a  
199 prefeitura não prevê no seu projeto, não tem nenhuma garantia e nenhum interesse com a  
200 coisa pública. Muito obrigada! **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular),**  
201 **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa tarde, colegas. É preocupante a  
202 colocação da colega, realmente, a gente tem que dar uma analisada. Eu só queria reforçar  
203 o que o Sérgio colou muito bem em relação aos patinetes. Eu vivenciei isso também na  
204 minha rua a poucos dias. Eu queria só deixar registrado três questões da minha região. O  
205 que nós estamos enfrentando, duas são para a EPTC, a questão do nosso gargalo  
206 Bernardino Silveira Amorim com a Av. Assis Brasil, se tem como a gente melhorar, fazer  
207 algum estudo, alguma coisa que melhore um pouco a situação na entrada. E eu sugiro que  
208 a gente faça uma vaquinha para comprar microfones novos. (Risos). É um gargalo que se  
209 forma na Assis Brasil com a Bernardino. O segundo item para a nossa colega da EPTC, a  
210 EPTC usa a faixa exclusiva de ônibus do trecho da Assis Brasil, do Triângulo até a  
211 Bernardino Silveira Amorim com a Assis Brasil, o que no questionamento que foi feito na  
212 reunião da minha RGP, não há necessidade, porque dificulta mais ainda o acesso que a  
213 gente está tendo dos veículos que seguem para cachoeirinha e Gravataí. Então, eu peço  
214 para a colega ajuda, se puder dar uma olhada nesse assunto. E outra, agora vamos falar  
215 de notícia boa. Nós temos duas creches na Região da Eixo Baltazar que estão  
216 abandonada, que faziam parte de verbas do Governo Federal, enfim. A gente teve uma  
217 reunião com a SMED na terça-feira, com a nossa suplente, a Laura, e conseguiram  
218 alinhar para que a gente possa continuar aquelas obras, inclusive, com contrapartidas  
219 que já temos na região, que estão sendo trabalhadas para isso. No mais é isso. Obrigado!  
220 **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio**  
221 **Grande do Sul – SAERGS:** Eu gostaria de e reforçar também a questão dos patinetes, eu  
222 deixei passar. Não reforçar, eu acho que tudo já foi dito, eu gostaria de formalizar um  
223 pedido de esclarecimento da prefeitura. Isso, como foi dito, é uma questão de mobilidade  
224 urbana e é importante que a gente saiba, porque nós somos além de conselheiros  
225 formadores de opinião, cada um representa uma entidade, uma comunidade. Então, a  
226 gente também não quer levar desinformações, nem falando mal, nem falando bem da  
227 prefeitura, a gente quer transmitir o que realmente acontece. É uma coisa que tem  
228 acontecido e deixar claro, não tem nada a ver contra a economia criativa, eu acho ótimo  
229 isso, mas as questões urbanas têm que ser tratadas em um nível oficial. Já chega os nossos  
230 camelôs ocupando as ruas de maneira ilegal. Eu pedi a palavra só para esclarecer ao  
231 Paulo Jorge. Paulo Jorge, eu não sei se foi arquiteto, talvez tenha sido engenheiro, mas  
232 não é isso, eu vou fazer a defesa dos dois. Assim, essas empresas são contratadas.  
233 Primeiro, os projetos já foram feitos, já foi dito pela Clarisse, lá no governo ainda do Fogaça,  
234 foi através da FIERGS, da CIERGS, que é um braço, eu ainda estava no planejamento e  
235 foi dito assim... O Baggio que era o nosso supervisor chegou na nossa sala e disse: “A  
236 CIERGS vai fazer todos os projetos urbanísticos da Copa, inclusive a Tronco”. Os técnicos  
237 disseram: “É impossível, ninguém faz nada de graça. Ah, não porque eles vão doar,  
238 porque depois eles têm interesse me pegar as obras das grandes empresas”. Todos os  
239 projetos que foram feitos foram para Brasília, não foram aceitos, o financiamento não foi



240 executado porque não eram projetos, eram estudos, eram rabiscos. Depois todos os  
241 projetos foram pagos, como tem que ser pago, por uma licitação, um preço direitinho,  
242 bonitinho. O que eu queria dizer é que quem encomenda esse projeto, seja para  
243 engenheiro, para arquiteto, seja para quem for, e pode ser um projeto em outra área nós  
244 urbanística, não diz assim: “Tu fazes aqui um estudo!” Eu tenho certeza que se fosse um  
245 arquiteto, sem querer ser corporativismo, ele ia fazer uma praça lá, mas não, é projeto  
246 viário, já vem pré-definido, inclusive, vem com um traçado pré-definido para ele  
247 desenvolver o projeto executivo. É só para esclarecer, não estou fazendo a defesa...  
248 Também estou fazendo, mas é para a gente não levar esta pecha de que todos os  
249 arquitetos são... Que não pensaram na praça. E agradecer às palavras do Felisberto,  
250 também para terminar, eu continuo e vou continuar denunciando o que foi feito na  
251 prefeitura com os funcionários, com os servidores, o projeto de lei. Não quero ser  
252 agressivo, eu sempre digo isso e termino sendo, porque não tem outra forma, mas agora a  
253 gente vê todos os setores da prefeitura CCs sendo transformados, sendo exonerados e  
254 aparecendo novos CC. Este é o preço que eu como aposentado, contribuo como  
255 aposentado e que os outros que são funcionário aqui, ou aposentados, estão pagando, ou  
256 melhor, é o preço que o Prefeito Marchesan pagou para aprovar esses projetos,  
257 comprando os vereadores através da distribuição de mais de 100 CCs. Isso aí eu assino  
258 embaixo, quero que fique em ata, porque se alguém quiser me processar, isto está no  
259 DOPA. Nós aprovamos o desmonte da prefeitura através da compra dos vereadores, o  
260 MDB dando CCs à rota aí. Isto todo mundo sabe e a gente vê. Eu não vou citar nomes,  
261 mas todo mundo está vendo em todas as secretarias. Secretário, eu vou continuar  
262 denunciando isso enquanto eu estiver aqui. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão**  
263 **de Planejamento Sete – RGP. 7:** Assim, eu queria continuar na fala da representante  
264 Clarisse, do IAB, fazendo o seguinte questionamento sobre essa questão dessa lei que eu  
265 não tenho clara. Por exemplo, Secretário, claro que a maioria não vai ter interesse em uma  
266 praça chamada Roseli Nunes, lá na Lomba do Pinheiro, mas tem umas questões legais.  
267 Por exemplo, se nós estamos solicitando toda a revitalização... (Falas concomitantes). Por  
268 favor, conselheiros! Se não têm interesse, pelo menos para os outros ouvirem. Se houver  
269 uma questão de revitalização por uma verba federal, como nós pedimos e foi encaminhada  
270 toda a revitalização dessa praça, como era no início, como fica se estiver em uma  
271 concessão? Tenho dúvidas, porque a nossa associação que cuida dela até hoje não tem  
272 mais valor legal nenhum, nós podemos se tiver um interessado, nós perdemos essa  
273 relação, moramos na comunidade há anos, conquistamos ela e deu, não tem mais. A outra  
274 questão que me preocupa, em relação à questão do que eu solicitei aqui, da questão da  
275 Macro 10. É que as coisas estão correndo muito rápido fora daqui. Eu até fui cobrada esta  
276 semana por uma semana por uma instituição de que eu havia me pronunciado contra  
277 alguns projetos que vão sair na nossa região. Eu não sou uma mulher de recado, quando  
278 eu quero dizer alguma coisa eu falo aqui, eu não preciso que ninguém vá informar, seja  
279 empreendedor, alguma coisa ou que alguém vai me chamar atenção em relação a isso. Eu  
280 não sou mercadoria ou programa por alguém para servir alguém daqui ou seja quem for.  
281 Eu represento a minha comunidade. Também já falei que eu não sou sectária, eu tenho  
282 um posicionamento, a hora que nós tivermos que aprovarmos... E as coisas estão  
283 correndo muito rápido, principalmente em relação à Macro 10. E nós não queremos ser  
284 pegos de surpresa. Então, nós precisamos urgente da instalação dessas reuniões. É isso  
285 que está nos preocupando profundamente, Secretário. Eu sei, o senhor já explicou que  
286 não é aqui, que isso é em outra secretaria, mas é o canal que nós temos para estarmos  
287 dialogando em relação a isso. Por último, ontem nós tivemos uma audiência pública na a



288 região, com mais de 400 pessoas, que não tinha mais lugar onde colocar o povo dentro  
289 daquele ambiente, foi chamado pela Assembleia Legislativa, pelo Deputado Estadual  
290 Edgar Preto e pelo Deputado Sebastião Melo, que foi nosso vice-prefeito, sobre a questão  
291 da água. Não teve a presença da prefeitura, acabou um deputado estadual, não sei o  
292 nome do rapaz, ele é bem novo, é do PSDB, que é de Passo Fundo e representou a  
293 Prefeitura municipal de Porto Alegre. Imagina o conhecimento dele em relação a nossa  
294 região. Foi peitudo, mas foi engraçado. Então, Secretário, era isso, só para me manifestar,  
295 para dizer como são as coisas na nossa região. **Livia Teresinha Salomão Piccinini**  
296 **(Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Eu vou falar em  
297 rapidinho, porque estou bem curiosa... **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de**  
298 **Planejamento Sete – RGP. 7:** Por favor... Sobre a questão da EPTC, eu levei uma multa  
299 terrível porque à noite... (Manifestação fora do microfone). Não, só um pouquinho! Não  
300 estou legislando em causa própria. Aqueles traçados á noite a gente não enxerga onde  
301 começa e onde termina porque não tem uma sinalização. Então, eu i dobrar logo em  
302 seguida e entrei um pouco antes, provavelmente, dentro da nova legislação, que eu não  
303 tenho conhecimento nenhum, mas agora eu estou tendo. Então, queria solicitar uma  
304 reunião com a EPTC para nós tratarmos desse assunto, por gentileza. Não por causa da  
305 minha situação, mas pela situação de Porto Alegre. **Livia Teresinha Salomão Piccinini**  
306 **(Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Então, como eu estava  
307 falando, eu vou falar bem rapidinho, porque eu estou bem curiosa para ver a apresentação  
308 da PGM sobre aprovação de projetos e contrapartidas. Eu quero falar quatro coisas, uma é  
309 sobre os elevadores. Sinceramente, eu estou ficando apavorada, dá uma taquicardia  
310 quando vou subir no elevador, porque ele demorou uns 3 segundos para abrir aqui. Meu  
311 Deus do céu, eu acho que eles estão ficando muito perigosos de verdade. Talvez pudesse  
312 fazer a manutenção de um deles e manter este um funcionando, fechar os outros três, mas  
313 ao menos ter um com uma manutenção funcionando. Isto é absolutamente... Sabe? Faz  
314 mal para a gente! A outra questão que eu queria falar, eu acho que a gente precisaria de  
315 um esclarecimento, assim como vários já falaram, o Brum e tal. Talvez a gente pudesse  
316 chamar alguém da EPTC para esclarecer essa questão dos patinetes, porque eu acho que  
317 é uma questão significativa. A outra questão que eu gostaria de falar é que eu passei o  
318 ano de 2017 e 2018 falando sobre a questão da violência em Porto Alegre e a gente  
319 continua com esta questão. Eu acho que nós precisamos ter uma conversa sobre isto. E  
320 eu acho que este é o lugar para se ter essa discussão. Outra questão é em relação ao que  
321 foi apresentado aqui pelo IAB, eu acho que nós precisaríamos de uma sessão especial  
322 aqui no conselho para discutir essa questão dos parques. Eu sugiro que a gente tenha  
323 uma sessão especial do Conselho para fazermos uma discussão sobre essa questão dos  
324 parques, isso é muito importante, isso fazer parte de todo um conjunto de discussões  
325 sobre a cidade. E, internacionalmente, os parques hoje são fundamentais para a vida  
326 urbana, como todo mundo aqui sabe. Eu não estou dizendo nada especial. Então, eu acho  
327 que devidos a isso e às questões de violência devido às demandas que nós temos,  
328 principalmente em uma faixa etária importantíssima, onde acontece a maior violência neste  
329 país e criar em Porto Alegre não é diferente. Eu sugiro que se faça uma sessão especial  
330 do Conselho para discutir essa questão dos parques de Porto Alegre. **Adroaldo Venturini**  
331 **Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa noite. Eu só  
332 quero acrescentar, uma das façanhas do prefeito, que fez um informe em um canal de TV,  
333 dizendo que ele está dando concessão à iniciativa privada por 35 anos na administração  
334 da iluminação pública de Porto Alegre. Em troca ele transfere aquela taxa de iluminação  
335 que vem na conta de luz, talvez outros benefícios. Então, nós temos que ficar de olho por



384 pouco do funcionamento do processo. Ao invés de ser mais expositivo quero ser mais  
385 interativo, que vocês tirem suas dúvidas e eu possa ir esclarecendo. O principal ponto que  
386 a gente levanta na análise dos projetos especiais, porque vocês aqui conselheiros fazem a  
387 análise do projeto especial de impacto urbano de 2º grau, aqueles processos submetidos à  
388 CAUGE. Está aqui a Patrícia, a representante da Secretaria de Desenvolvimento  
389 Econômico, que é uma brilhante profissional, técnica e tem um conhecimento bastante  
390 aprofundado no assunto, pode me ajudar. A Procuradoria se interage bastante com a  
391 Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Hoje, especificamente, a gente firma o termo  
392 de compromisso, após analisado e aprovado por vocês conselheiros, o determinado  
393 empreendimento é homologado pelo prefeito, após o parecer de vocês, depois a PGM  
394 pega esse parecer e compila em um documento que se transforma no termo de  
395 compromisso. O pessoal confunde um pouco o termo contrapartida, usa-se o sinônimo  
396 “contrapartida” para medida mitigatória, para medida compensatória e para termo de  
397 conversão de área pública, que são instrumentos e institutos diferentes. Hoje o que chega  
398 aqui no Conselho são as medidas mitigatórias, que têm uma natureza jurídica advinda da  
399 constituição federal, que é o impacto negativo que o empreendimento causa ao meio  
400 ambiente. É só em função dessa natureza jurídica que a construção nos autoriza a interpor  
401 uma cobrança ao empreendedor, garantido pela livre iniciativa de poder desenvolver o seu  
402 projeto, a possibilidade que tem o município de cobrar, de impor uma medida, restringir, é  
403 a natureza jurídica que o empreendimento causa no meio ambiente. Essa natureza jurídica  
404 constitucional se transformou em um artigo do nosso Plano Diretor, porque além de se ter  
405 essa natureza constitucional, necessariamente, deve haver uma lei dispondo essa  
406 possibilidade de poder público, no caso municipal de impor essa cobrança aos  
407 empreendimentos. E o nosso Plano Diretor positivou em determinados artigos quando trata  
408 do projeto especial, essa obrigatoriedade de um empreendimento pagar o impacto que ele  
409 está gerando. Então, quando o processo chega no processo do plano, ele já teve uma  
410 longa análise da equipe técnica, que através do estudo de impacto ambiental, em alguns  
411 casos, a lei regula que estudo, essas medidas são frutos de estudos, que muitas vezes o  
412 próprio empreendedor trás. Então, está muito estritamente vinculado ao impacto, a nossa  
413 possibilidade legal que tem de cobrar é o impacto. A equipe técnica da SMDE traz a partir  
414 do pedido de diretrizes, que é o pedido inicial que o empreendedor faz no âmbito da  
415 comissão para o município, eles trazem consolidados os dados da situação real, ou seja, o  
416 que é preciso para o empreendimento poder se instalar ali. Então, são as medidas  
417 apontadas que vêm dos estudos técnicos são proporcionais ao impacto gerado, que às  
418 vezes vem de estudos de tráfego, impacto de vizinhança ou algum outro estudo para  
419 apontar as medidas. Ou seja, o poder público não tem muita discricionariedade, nenhuma  
420 discricionariedade, está muito vinculado ao impacto. Embora a gente saiba o que é impacto  
421 é importante que se tenha uma regulamentação mais clara e a gente vem tentando  
422 construir, desde já se propõe a abrir a oportunidade de discutir com este Conselho que nos  
423 traga a sua avaliação, porque tem o link com a comunidade, sabe a realidade do local. A  
424 gente chama e abre a oportunidade de vocês participarem desses debates, para a gente  
425 poder promover uma regulamentação mais clara e se alcançar o mínimo possível de  
426 subjetividade. Vocês veem aquelas medidas ali apontadas nos processos e parece que  
427 tem certa discricionariedade para alterar ou não, mas em função da determinação legal,  
428 constituição federal e a nossa própria lei municipal, seguinte não tem margem, o conselho  
429 não tem margem, a não ser a vinculação do impacto. Então, é nesse sentido que os  
430 processos são encaminhados para cá, para a discussão. O grande desafio da gestão é  
431 saber quais são as prioridades que se tem em determinada comunidade. Então, que vocês



432 organizassem essas prioridades e nos oficiassem para que, tecnicamente, dentro da  
433 possibilidade legal do impacto a gente conseguisse conciliar esta situação real da  
434 comunidade, para lincar com o empreendimento. Então, não há qualquer contrariedade  
435 que vocês conselheiros organizem uma pauta de priorização. Isso, na regra geral, é  
436 mitigação, que é a maioria dos processos que chegam aqui para vocês. Outra que o  
437 pessoal confunde, porque se tem essa denominação “contrapartida” para os termos de  
438 conversão de área pública. O que são os termos de conversão de área pública? Quando  
439 você vai parcelar o solo em determinada área tem uma obrigação legal de destinar  
440 determinado território daquela área para a implantação de equipamentos públicos. Em  
441 regra geral, ela oscila, dependendo do tipo da área, se é desmembramento, loteamento,  
442 fracionamento, em uma média, digamos assim, que a gente tem 20% de doação, isso  
443 pode oscilar. O município entende que não é necessária haver essa doação de terra no  
444 local, porque já tem infraestrutura, posto de saúde, escola, abre-se a possibilidade de  
445 converter para outro equipamento, ou em dinheiro, ou indicar obras, no caso de  
446 equipamentos públicos comunitários. Por exemplo, o caso da Multiplan, onde lá se tinha  
447 uma aprovação, não era mitigação do impacto, a mitigação do impacto foi a execução das  
448 ruas, as vias do entorno, apontados no estudo de impacto ambiental, nos estudos de  
449 tráfego, foram todas ajustadas com essa base técnica. No entanto, as reformas de  
450 associações, escolas da comunidade, enfim, que se colocou no termo de conversão de  
451 área pública, elas são oriundas desse parcelamento de solo, que aí sim abre a  
452 possibilidade do município indicar esse equipamento público. A compensação é aquela  
453 possibilidade de em não sendo mitigável o impacto, indicado nos estudos técnicos,  
454 determinada abertura de rua para mitigar aquele impacto que ele está gerando. Não sendo  
455 possível abrir aquela rua abre-se a possibilidade de compensar com outra medida. Vocês  
456 podem ver que é raríssimo a gente ter a possibilidade de compensação, porque os estudos  
457 apontam as mitigações, apontam as necessidades para aquele empreendimento de  
458 instalar, as aberturas das ruas, a urbanização de alguma praça. Então, não se tem muita  
459 margem para indicar a compensação. As medidas, a partir do termo de pactuação, são  
460 executadas ao longo do processo de construção do empreendimento. Qual é a lógica?  
461 Com a expedição da carta de habitação, ou seja, quando o empreendimento causar o  
462 impacto, é neste momento que em regra o município exige que estejam adimplidas as  
463 obrigações mitigatórias. Alguns casos, quando há a execução e a possibilidade de ir se  
464 liberando as cartas de habitação, divide-se essas obras e a partir do impactos que vai  
465 gerando vai se executando aquela determinada obra e vai se liberando as cartas de  
466 habitação. É uma norma legal que temos na nossa regulamentação de expedir a carta de  
467 habitação parcial. No entanto, ao final da obra a gente vai exigir o adimplemento das  
468 medidas. Então, deixo a oportunidade para a gente conversa de forma bem tranquila, vou  
469 respondendo. **Livia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio**  
470 **Grande do Sul – UFRGS:** Boa noite, Germano, fico muito contente em te ver aqui  
471 trazendo esta explicação para a gente. O meu ponto é exatamente na questão da  
472 implementação da medida mitigatória que a gente tem o problema. Particularmente, acho  
473 que a carta de habite-se deveria estar associada, amarrada à mitigação ser implementada.  
474 Por que eu falo isso? Tu deste a abertura de nós trazermos as questões. Então, eu vou  
475 pedir uma questão, que é a do Shopping Center Iguatemi, que desde o começo não teve  
476 as medidas mitigatórias implementadas e com as alterações dos governos essas medidas  
477 vão passando de um governo para o outro e não vêm sendo implementadas desde o  
478 começo do shopping. Essa última etapa tem muitas coisas que não foram implementadas  
479 e não vêm sendo implementadas. Isso é interessante, porque não se trata de um governo



480 ou de um partido, mas se trata de um processo que acontece na cidade. Então, eu gostaria  
481 de sugerir para a Patrícia trazer para nós o caso do Iguatemi para a gente olhar quais  
482 foram as medidas mitigatórias desde o começo da inauguração das obras, o que havia, o  
483 que foi implementado ao longo dessas etapas. O shopping passou por 4 etapas viárias que  
484 foram implementadas, mas outras não e continuam causando problema. Vou dizer o  
485 problema que tem, que isso nem tá nos estudos de viabilidade, que é, por exemplo, a  
486 queda de luz nos momentos de grande pico na área do entorno. Então, isso é uma coisa  
487 seriíssima que acontece ali. Isso não aparece para a gente, mas para os moradores do  
488 entorno acontece. Então, veio a minha proposta de urbanista, que não estou fazendo essa  
489 proposta para ti, mas estou colocando, é que em alguns momentos talvez não se permitir a  
490 ampliação de determinados equipamentos seja uma solução boa para a cidade. Eu acho  
491 que é possível que se pense isso. Então, a minha intervenção é no sentido de agradecer tu  
492 teres vindo falar isso e que precisa ter uma lei que imponha cobrança do empreendimento,  
493 eu acho e me pareceria pelo menos que se fosse associada a cobrança da medida  
494 mitigatória para o Habite-se isso não aconteceria. Então, eu acho que isso seria uma  
495 facilitação que a gente teria sem, necessariamente passar por uma lei, que é uma coisa  
496 muito mais complicada. É isso. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de**  
497 **Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Eu achei importante a exposição  
498 sobre esse problema que no Conselho temos discutido. Eu não conheço qual é a  
499 dimensão dos termos de compromissos já firmados, os existentes. Eu gostaria de ter o  
500 conhecimento de quem acompanha e acho importante que haja uma distribuição, uma  
501 informação do número de termos de compromissos firmados em Porto Alegre e como se  
502 distribuem nas regiões de planejamento. Nós temos aqui as regiões presentes no  
503 Conselho e eu acho importante que haja a distribuição delas pelas RGPs, para que  
504 pudesse se discutir no âmbito do Conselho o encaminhamento dessas operações  
505 mitigatórias, que são importantes e a cada reunião estamos tocando nesse tema.  
506 Obrigado. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do**  
507 **Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite. Germano, a nossa dúvida que já havia sido  
508 levantada por vários conselheiros, por isso o convite, é no sentido do que é mais  
509 importante para nós, inclusive, os conselheiros das regiões de planejamento, que podem  
510 estabelecer uma planilha das suas aspirações, desejos, são os critérios utilizados nessa  
511 negociação da compensação. Ou seja, até foi dado um exemplo aqui, o nosso conselheiro  
512 representante do SINDUSCON, o titular, quando veio a discussão do Zaffari da Protásio  
513 Alves, que é um megaempreendimento, ele ficou surpreso porque relatou que protocolou  
514 um processo há anos, semelhante, mas bem menor o porte. Como compensação exigiram  
515 que ele fizesse um viaduto, o que inviabilizou totalmente o processo. Depois veio um grupo  
516 Zaffari e as medidas mitigatórias são bem menores. Eu acho que não é com a tua área, é  
517 mais uma questão técnica. É esse tipo de critério. Por exemplo, uma vez passou um  
518 processo que alguém das regiões disse – Ah, mas nós temos que pedir uma estação de  
519 tratamento de água. Apesar de eu ser da área urbanística, de ter trabalhado aqui dentro,  
520 se nós não conhecermos o critério, a comunidade, não tem a mínima condição de fazer ou  
521 aprovar alguma coisa, ou de fazer essas propostas. De repente as regiões podem estar  
522 pedindo muito de compensação de um projeto que o porte é pequeno, mas o custo de  
523 implantação pode ser grande, dependendo da complexidade e da área. Não sei se deu  
524 para entender. **Germano Bremm, Procuradoria Geral do Município – PGM:** Bom, a  
525 Professora Lívia bem colocou a questão da vinculação. De fato, na regra e na legislação o  
526 decreto que trata do tema, que é o 19383/2016, foi o primeiro passo, um decreto recente  
527 na tentativa de regular melhor isso. Ali a gente estabeleceu um pouco dos conceitos, o que



528 é medida mitigatória, compensatória, principalmente a gente trouxe diretrizes gerais de  
529 procedimento. Nesse decreto há a obrigatoriedade do adimplemento das medidas até a  
530 expedição da carta de habitação. Algumas situações, em função de problemas no  
531 município, o município tinha a obrigação de desapropriar, essa obrigação estava sobre a  
532 responsabilidade do município, que naturalmente é sua responsabilidade desapropriar.  
533 **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**  
534 **Sustentabilidade - SMAMS:** O Germano é muito polido para falar. Assim, como que os  
535 termos saiam? O empreendedor tem que fazer a obra. Nós analisamos aquele processo  
536 do Country Club, que tinha a extensão da Anita. Aquilo decorre do Iguatemi, aquilo não  
537 aconteceu porque na época que foi aprovado a obrigação do Iguatemi era fazer a obra,  
538 mas o município tinha a obrigação de desapropriar o terreno. O município não tinha  
539 dinheiro, o compromisso assumido para desapropriar passa de R\$ 70 milhões. O município  
540 vai deixar de aplicar dinheiro na educação, na saúde para fazer isso? Não vai! Então, há  
541 muito tempo não saem mais obrigações do município de assumir desapropriações, porque  
542 não acontece. Então, o empreendedor, neste caso específico, tinha a obrigação de fazer a  
543 obra, mas ficou aguardando o município cumprir a sua parte na obrigação. Isso não é mais  
544 assim, não é culpa de ninguém, não tem ninguém mal intencionado nessa história. O fato é  
545 que faltou recursos públicos. **Germano Bremm, Procuradoria Geral do Município –**  
546 **PGM:** Uma boa notícia é que a gente conseguiu firmar o termo de compromisso do  
547 Iguatemi e compomos esta questão da desapropriação. Então, está dentro do escopo de  
548 obras deles. Vocês aprovaram, como bem lembrou o Maurício, o projeto de ei da área do  
549 Country, que vai viabilizar um trecho de doação de 6 mil e tantos metros quadrados de  
550 doação de área pública. O Iguatemi vai poder fazer a Anita na sua totalidade. A gente vem  
551 equacionando. Claro, ´s uma situação atípica, em função da desapropriação, não se tinha  
552 recurso, a gente teve que excepcionalizar a carta de habitação. O Mark perguntou em  
553 relação aos termos de compromissos, a gente tem esta disponibilização, estão  
554 publicizados no site da PGM. Pode pesquisar por região, é organizado, está tudo ali. O  
555 Hermes comenta em relação... (Manifestação fora do microfone). No site da prefeitura,  
556 PGM. Hermes, em relação aos critérios, o que se vê, na sua maioria vêm oriundos de  
557 impacto, onde aplicam uma matriz numérica, é uma matriz americana, que é de acordo  
558 com a magnitude, significância se chega no impacto gerado e se aponta as medidas  
559 correspondentes. Existe certa subjetividade, concordo contigo, por isso que a gente está  
560 tentando construir uma regulamentação mais precisa em relação a esse procedimento,  
561 que o município deixe claro, que o município por meio de uma normativa estabeleça área  
562 construída, área adensável, população flutuante, enfim, todas as nuances que são  
563 avaliadas, mas que esteja em uma regulamentação para ficar de forma mais clara e  
564 objetiva. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de**  
565 **Arquitetura - AREA:** Oi, Germano, tudo bem? O que está acontecendo aqui, já foi falado,  
566 a PGM faz os termos, mas tem acontecido situações aqui, por exemplo, que tem a  
567 avaliação dos técnicos, vem para o Conselho, as regiões fazem análise e às vezes pedem  
568 mais alguma medida mitigatória. É como o Hermes disse, a região não tem noção se vai  
569 pedir uma creche, um consertou ou uma estação de bomba. Ela não tem uma metodologia  
570 para fazer. Tu falaste que as regiões deveriam levar isso, nós já comentamos aqui que isso  
571 é uma deficiência, algum erro que está acontecendo, já foi a sugestão de algumas pessoas  
572 e a minha também. Mesmo que as regiões se organizem, podem aparecer outras  
573 demandas ou pode não ter elencando aquilo que a região fez. Então, nós temos uma  
574 sugestão que de alguma forma as regiões têm que participar mais da CAUGE. É o que foi  
575 colocado aqui, a região pediu uma estação de água, mas havia um problema no local e o



576 projeto não comportava. Então, eu acho que vocês deveriam alinhar isso, porque não  
577 adianta vir aqui, sai um parecer, e a gente já sabe de casos que o empreendedor quer  
578 fazer, não pode porque não está no termo e surge o imbróglio jurídico. Eu sei de situações  
579 que tiveram sugestões do Conselho, mas o cara não podia executar porque não estava  
580 legalmente formalizado. Outra pergunta, por que quando o Iguatemi teve essa  
581 contrapartida, por exemplo, ele ou outros também não podem ser responsáveis pela  
582 desapropriação? (Manifestação fora do microfone). **Germano Bremm, Procuradoria**  
583 **Geral do Município – PGM:** O Iguatemi foi feito assim agora. **Sérgio Saffer (Titular),**  
584 **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Então, os novos  
585 são para fazer para acontecer tudo? Tá. E por que a partir de “x” vagas do  
586 empreendimento o empreendedor tem que fazer “x” metros de ciclovia? Está em lei isso?  
587 (Inaudível). **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia**  
588 **Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Boa noite, Procurador. A maioria das perguntas já foi  
589 feita, porque foi levantado várias vezes que a gente queria acesso à lista dos termos de  
590 compromissos e nunca ninguém sabia onde estava, que bom que está aqui. Até já dei uma  
591 navegada para dar uma olhada. O que acontece aqui no plano? Um empreendimento é  
592 votado aqui hoje, ele vai ser empreendido daqui 5 anos, 4 anos, os conselheiros aqui  
593 podem ser outros. Então, a gente não tem esse histórico. Eu olhei, está toda a lista ali,  
594 mas se pudesse ter o acompanhamento do que foi feito ou não, porque vocês têm que  
595 controlar isso, se foi feito ou não. A gente pode ir acompanhando o que existe de dívida  
596 em relação a essas questões de termo de compromisso, o que existe na cidade inteira. A  
597 gente tem que entender um pouquinho diferente do que o Saffer colocou, a gente entende  
598 a cidade enquanto um todo, eu não entendo, o investimento tem que ser aqui,  
599 principalmente quando é um investimento que tem uma nuance bem clara de impacto  
600 ambiental. Lógico, que se tem alguma coisa que impacta muito o movimento do bairro, aí  
601 sim, aí tem que ser ali, mas a qualidade de melhoria de aqui do transporte na Cidade Porto  
602 Alegre, com incentivo a meios alternativos de transporte, eu estou melhorando a cidade  
603 enquanto um todo. Pelo menos da nossa parte não temos nenhuma contraposição a essas  
604 transferências de empreendimentos. A gente sabe da legislação, também para acrescentar  
605 no debate, na legislação ambiental era fixada uma porcentagem do empreendimento, isso  
606 lá atrás, quando se começou a praticar a questão de estudos de impactos ambientais,  
607 Resolução nº 01 do CONAMA, e a justiça derrubou. Inclusive, saiu nova legislação, não  
608 pode fixar um valor, todos os empreendimentos vão contribuir com 5%. Pelo menos já foi  
609 questionado na justiça e não pode. Eu acho que a gente tem que ter alguma coisa  
610 realmente de quebrar a subjetividade dentro de limites legais, mas para isso a gente  
611 precisa do apoio dos procuradores do município para nos ar uma luz de onde a gente pode  
612 pegar isso, senão a gente vai se deparar com esse caso do Zaffari, que foi bastante  
613 comentado e eu mesmo me dei conta que era alguma coisa bastante irrisória para um  
614 empreendedor que tem um bom potencial para fazer algumas melhorias a mais para  
615 aquela região. Obrigado. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de**  
616 **Planejamento Quatro – RGP. 4:** Boa noite. Eu gostaria de agradecer a sua presença.  
617 esse processo do Zaffari que acabamos de comentar é da minha região, um  
618 empreendimento que a antiga conselheira havia pedido uma contrapartida irrisória em  
619 comparação ao valor ou a grandiosidade do empreendimento. Também todos os  
620 malefícios e benefícios também que vão transcórrer naquele pedaço ali. Então, estamos  
621 para agendar uma reunião com o empreendedor na comunidade para que seja  
622 esclarecido, porque a comunidade não está satisfeita com esse retorno que está sendo  
623 proposto para o empreendimento de impacto ambiental, viário e por aí vai. Era só isso e



624 obrigada. **Germano Bremm, Procuradoria Geral do Município – PGM:** Sérgio, critérios,  
625 de fato a gente comentou que está muito vinculado ao impacto, aos estudos. Então,  
626 quando vai para essa análise dos conselheiros e eles não sabem, como vocês  
627 comentaram sobre o que indicar, o que pedir, porque de fato não é essa a esfera de se  
628 fazer essa análise. Ela está na análise anterior, na análise técnica. A minha sugestão é  
629 que os conselheiros predefinem os seus problemas nas suas regiões, para daí sim  
630 submeta isso para a análise técnica e dentro das possibilidades legais do impacto que está  
631 se gerando, aí se traga as medidas, mas não o contrário. As desapropriações também, foi  
632 feito para o Iguatemi e estamos aplicando para os demais empreendimentos. Em relação  
633 às ciclovias, de fato, foi positivado na lei municipal, no plano cicloviário uma metragem de  
634 ciclovias a partir do número de vagas, ou seja, se cofigurou um número de vagas como um  
635 fator ensejador para o impacto, a partir desse impacto se aponta uma metragem “x” de  
636 ciclovias. Enfim, o pessoal questiona bastante, mas está na legislação. O Darci comenta  
637 do monitoramento e o cumprimento das medidas, nesse grupo de trabalho a gente vem  
638 tentando dar esse regramento, nós sabemos dessa necessidade de monitoramento e da  
639 transferência do que está sendo feito. A gente vem tentando construir com esses sistemas  
640 mais tecnológicos de mapear isso, para ter esse acesso e não ser só um documento de  
641 difícil compreensão, de muitas páginas. Então, a gente vem tentando trabalhar isso para  
642 melhor estabelecer. Na Procuradoria tem a Mara que faz esse monitoramento, que está  
643 vinculada à expedição da carta de habitação. Ou seja, se há o inadimplemento não vai ser  
644 expedida a carta de habitação. Eu acho que de perguntas era isso. **Adroaldo Venturini**  
645 **Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Obrigado pela  
646 sua presença. bom, a CAUGE, é incontestável a importância dela na cidade, o trabalho  
647 que faz, mas eu acho que deveria consultar as regiões, porque o termo de compromisso  
648 nem sempre reserva as necessidades lá na localidade, lá na região. Vou dar um exemplo,  
649 que é o caso da OAS, que até hoje ninguém sabe o quanto foi atendido de contrapartida, a  
650 própria CAUGE já esteve em conversa com a OAS, fazendo um novo acordo, que ninguém  
651 sabe, nem a própria comunidade da região. Eu sou a favor que o Conselho conheça todos  
652 os processos que passam por aqui bem antes de ser lavrado o termo de compromisso da  
653 CAUGE com o empreendedor. Então, essa questão de consultar a comunidade sim, é  
654 importante. A CAUGE sabe da necessidade dos equipamentos, mas quem sabe a real  
655 necessidade da comunidade é a própria comunidade. Outro exemplo é o empreendimento  
656 na antiga fábrica do (Inaudível), onde o município solicitou para a Melnick a reserva de  
657 área para creche e posto de saúde. Nós sabemos que reserva de área não, é  
658 equipamento. O Município de Porto Alegre em termos de postos de saúde, talvez pela  
659 contratação de equipes, o município foge dessa demanda, mas a comunidade continua  
660 necessitando desse equipamento. Então, não é bem verdadeiro que o município ou a  
661 CAUGE sabe a real necessidade do município. E eu gostaria de saber se o senhor tem  
662 notícia de como andam as obras do aeroporto. Obrigado. **Maristela Maffei (Titular),**  
663 **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Procurador, bem vindo. Primeiro,  
664 conforme o tempo vai passando nós compreendemos melhor muitas coisas em relação à  
665 contrapartida, até mesmo sem a gente discutir outros aspectos importantes dentro do  
666 PPDUA. Não quero entrar no mérito, só dizer que estamos atentos. Nós temos obras na  
667 nossa região, tem na Parada 4, na João de Oliveira Remião, que eu já reiteradas vezes  
668 trouxe aqui, o problema é que quando tu deixas passar esse prazo, esse prazo se esgota,  
669 a falta de fiscalização que existe na prefeitura é algo que nos assusta muito. Até tomamos  
670 conhecimento por outros conselheiros que era uma APP, aí veio a questão da mitigação,  
671 que veio a beneficiar apenas ao empreendimento e não região, porque justamente foi na



672 questão viária que isso aconteceu. Aí mudou a questão viária, o corte no canteiro central,  
673 onde apenas o retorno é para a saída e entrada do empreendedor, nunca ao cicloviário da  
674 região. Eu trouxe para cá essa questão, não foi trazida a resposta, aí trocou, deu um  
675 problema na EPTC com o diretor, o novo diretor não deve ter tomado conhecimento e nós  
676 continuamos com o problema, porque só temos uma via que vai toda ela na Av. Ipiranga.  
677 Então, parece que as falas de todos, um dos grandes gargalos está aqui, em especial a  
678 questão da fiscalização, porque nesse caso do Zaffari, por exemplo, é difícil compreender,  
679 porque a prefeitura não sabia que ela não ia ter dinheiro para fazer essa contrapartida,  
680 mas foi aprovado o empreendimento. Então, essas coisas têm que ficar muito claras,  
681 senão eu fico um pouco baratinada, talvez seja um pouco de falta de conhecimento da  
682 minha parte. Então, ficam aqui alguns apontamentos. Muito obrigada. **Paulo Jorge Amaral**  
683 **Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Boa noite. O  
684 que tu estás colocando parece muito bom, seria se nos 4 anos que estou aqui no Conselho  
685 o pessoal viesse falar como tu estás colocando. O Conselho tem que passar por esse  
686 processo de conhecimento, como funciona, essa contrapartidas para as regiões. Sobre a  
687 Multiplan, está lá um baita empreendimento no Cristal, conversamos. O que acontece? Eu  
688 como conselheiro da região acho que a prefeitura atual tem que chamar o conselheiro para  
689 conversar. Eu sou um conselheiro fantasma, tanto para o DEMHAB, quanto pela gestão.  
690 Esta gurizada que é vereador, que comeiam lá na minha sede, tomavam café, bebiam,  
691 comiam, que não eram ninguém, era uma gurizada, hoje estão secretários aí e não vão lá  
692 conversar com ninguém. Nem vou falar mais da Multiplan, Germano, só quero perguntar o  
693 seguinte: detalhar esse mapa, essas conversas que as contrapartidas da Multiplan foram  
694 para a Restinga, não foram, como ficou. Só tem uma questão, a região se preparou para  
695 receber melhorias, os bairros, as entidades sociais. Então, gostaria de saber por que isso  
696 acontece, para poder saber como funcionam as coisas. Eu fico só analisando, não vão  
697 fazer mais nada, já estive lá, conversei, mas não recebem. Então, eu como conselheiro só  
698 quero saber, que tu desse alguma explicação. **Germano Bremm, Procuradoria Geral do**  
699 **Município – PGM:** Bom, na ordem, o Adroaldo questiona a questão da OAS, Arena, é um  
700 caso concreto onde na prática conseguimos vivenciar essa discussão da mitigação e da  
701 possibilidade disso ser revisado. Todos os órgãos de controle tem acompanhado toda essa  
702 tramitação. Ali teve estudo de impacto ambiental, de tráfego e as medidas mitigatórias  
703 foram apontadas. Posterior a isso houve uma judicialização de quem seria a obrigação.  
704 Enfim, foi formulado um acordo judicial em 2014, que não foi adimplido, a OAS entrou em  
705 recuperação judicial e outra empresa do grupo que se propôs a desenvolver os  
706 empreendimentos residenciais apresentou para o município uma nova proposta, uma  
707 proposta onde se retiraria grande parte do impacto que gerou determinadas medidas. A  
708 obra que hoje se apresenta não é a originalmente pactuada, porque tudo que geraria maior  
709 impacto foi retirado da proposta. É isso que vem sendo trabalhado, em cima a tabela de  
710 impactos, que tem lá no projeto original. E as mitigações apontadas como possíveis a  
711 gente avaliou o novo impacto, ou melhor, a retirada do impacto que inicialmente tinha, para  
712 apontar quais as medidas necessárias para atender o impacto que de fato vão causar, que  
713 só os residenciais, aqueles que estão lá, dois têm carta de habitação. Então, a gente vem  
714 construindo este acordo com o Ministério Público, o Tribunal de Conas, tudo amparado nos  
715 critérios técnicos. Por isso a necessidade, já falando sobre a análise da CAUGE, de  
716 conversar com a região de planejamento, hoje o Ministério Público e o Tribunal nos cobram  
717 muito isso, esse critério técnico, o que está no estudo de impacto ambiental. Conselheira  
718 Maristela, obre as obras para a região e não para o empreendimento, as obras estão muito  
719 vinculadas ao impacto do empreendimento, esse estudo que se aponta de fato não



720 equaciona o problema da região como um todo. O empreendimento tem que equacionar o  
721 impacto que ele está causando. É por isso que vão vir obras viárias do entorno, porque e  
722 abrir, que são medidas juridicamente possíveis de se apontar no estudo de impacto e isso  
723 virar um termo de compromisso. O aeroporto, a gente inaugurou ontem as áreas de  
724 passageiros, de embarque, o processo segue em discussão, principalmente em relação à  
725 pista, a remoção das famílias. Existe uma oferta da empresa em disponibilizar a compra  
726 assistida como instrumento para retirar as famílias do local, porque o maior problema é a  
727 expansão da pista. Então, estamos nesse processo de compor com a comunidade. A  
728 Multiplan, nós tivemos uma conversa inicial, Paulo. Vejam esta situação tão complexa é  
729 porque não é mitigação, é termo de conversão de área pública. Então, em função de não  
730 receber área de destinação pública no local o município oportunizou que ele, o  
731 empreendedor fizesse determinadas obras indicadas pelo Orçamento Participativo, foram  
732 reformas de associação, escolas, uma série de obras indicadas. Só que no momento da  
733 execução dessas obras, e o empreendedor tem que aprovar isso para poder levar adiante,  
734 ele verificou que tinha uma série de problemas, que tornava impraticável o segmento  
735 dessas obras, em relação à matrícula, propriedade, enfim, uma série de discussões.  
736 Então, abriu essa nova discussão que nos motiva a repactuar essas medidas, indicar obras  
737 passíveis de serem executadas. Eu acho que era isso. **Paulo Jorge Amaral Cardoso**  
738 **(Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Germano, digamos que  
739 eu sou o prefeito de uma cidade que tem classe alta, rica, tem mendigos, negros, índios,  
740 analfabetos, eu tenho que atingir todo esse povo, é o povo que votou nele. A Restinga está  
741 um tiroteio só! Ele foi lá na Restinga, sambou, esteve na minha região caminhando, jantou  
742 comigo. Agora o seguinte, não é do bolso dele, é de uma empresa que veio da França  
743 para colocar um dinheiro aqui dentro. Aí tem que ter regra para atender crianças que estão  
744 lá atiradas na sarjeta? Vem dizer para mim que agora tem que ter documento e não sei o  
745 que mais? Quer dizer, o negro que foi escravo deste país, como tu queres que eu tenha  
746 direito neste país? Como e tu queres que eu tenha documento se a minha família não tinha  
747 dinheiro para comprar nada? Eu fui expulso da senzala, atirado no gueto. Como quer que  
748 os negros tenham propriedade, Germano? Aí o prefeito não pode colocar dinheiro social,  
749 que não é dele, em uma comunidade que precisa para sobreviver? Aí é triste, Germano! Aí  
750 tu vens dar uma explicação dessas aí. Olha aqui, só tem um negro sentado aqui, um  
751 negro, o Paulo Jorge, e uma regra só. É difícil! O prefeito quer colocar regra em um  
752 dinheiro que não é dele, aí tenho que chorar. **Germano Bremm, Procuradoria Geral do**  
753 **Município – PGM:** Paulo Jorge, tu és uma liderança de mais alto nível do Município de  
754 Porto Alegre e merece todo nosso respeito, nosso aplauso, um conselheiro histórico aqui  
755 do Conselho por “n” gestor que passou. É um exemplo para todos nós de superação,  
756 enfim, tuas contribuições são sempre positivas. Eu tenho certeza que a equipe que está  
757 responsável lá pela Secretaria de Relações Institucionais para repactuar essa medida tem  
758 que conversar contigo sim, tu és o conselheiro da região. Então, é tentar compor, é sempre  
759 o melhor para a cidade, a tua experiência é positiva. Tem as nuances da legislação, as  
760 dificuldades e a gente tem que ir encontrando formas de compatibilizar dentro do que é  
761 possível. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um –**  
762 **RGP. 1:** Paulo Jorge, é a que as prioridades são outras, nós estamos em outros tempos,  
763 nós não podemos nos iludir. A Região Centro é uma das que mais sofrem também, dizem  
764 que somos os privilegiados. Os compromissos aqui também não são cumpridos, Paulo  
765 Jorge. O poder judiciário tinha que fazer a ponte ali e não fez, coube à prefeitura fazer e  
766 ninguém foi responsabilizado. Era o compromisso do poder judiciário fazer a ponte, não  
767 fez. Eu não era conselheiro aqui, deixaram passar. O Ministério Público também constrói



768 prédios sem obedecer ao mínimo de regulamentação da cidade. Agora vai ser construído  
769 um paredão ali, que passou por aqui e os antigos conselheiros passaram isto aqui. Nós  
770 também erramos, um paredão para estacionamento dos carros dos procuradores. Então,  
771 eles podem tudo! E as comunidades não têm a mesma consideração. As contrapartidas  
772 não estão às claras. Eu esperava que hoje viesse a relação das contrapartidas de cada  
773 região. Não! Não existe isso dentro da prefeitura, se existisse deveria estar transparente.  
774 Vamos ter que pedir na justiça? Talvez sim. Então, pergunto, quando serão apresentadas  
775 com transparência as contrapartidas? Pasmé, Paulo Jorge, na tua região vai ter mais 17  
776 espigões. Qual é a contrapartida da região? Qual o impacto vai ter? Na RGP. 2 vão  
777 construir 10 unidades, qual o impacto? Vão aumentar o aeroporto, grande obra, mas a  
778 quem interessa este aumento? Vai reverter para a comunidade, vai ter recursos? Não, vai  
779 ser para os grandes negócios, como sempre. Porto Alegre virou uma cidade de negócios,  
780 de Pokémon. (Manifestação fora do microfone). Sim, enquanto eu puder vou falar do  
781 Pokémon. (Risos). E trazer o Laçador para a Orla, é uma das grades obras! O nosso  
782 símbolo para a gauchada saiu de onde estava para vir para a orla, porque o prefeito  
783 decidir, tirou até foto! É um desabafo de quem conhece a cidade e vê a cidade sendo  
784 entregue. Joãos e Marias querem falar, porque quem sofreu a violência deste final de  
785 semana e sofre hoje é Joãos e Marias, a burguesia está protegida. Joãos e Marias estão  
786 na Restinga não podendo levar seus filhos na creche, na escola, não é o Seu Nelson  
787 Marchesan, nem os secretários e vereadores desta cidade, é a comunidade da periferia  
788 que está sofrendo hoje. O Paulo Jorge falou muito bem, é a comunidade dele que sofre,  
789 não tem respeito, não é chamada, para inaugurar chama a comunidade para tirar uma  
790 foto. Estamos cansados de aparecer em fotos, queremos solução para os problemas. Por  
791 que a iniciativa privada que é tão boazinha quer pegar os parques para cuidar? Por que  
792 não pega uma vila para fazer a urbanização? Vamos socializar o lucro. O próprio Iguatemi  
793 que nem para construir o prolongamento de uma rua não quer fazer, mas quanto dinheiro  
794 ganhou à custa da população do entorno? Desculpa o desabafo. **Claudete Aires Simas**  
795 **(Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu acho bem vinda a  
796 presença do nosso Procurador, que pode nos mostrar e a gente pode visualizar um pouco  
797 aqui de quão carentes de informações nós estamos. E a gente vem pedindo, pelo menos  
798 desde que ingressei no CMDUA como conselheira, que a gente deseja saber e conhecer o  
799 fluxograma e os critérios dos procedimentos. Aliás, era isso que eu esperava, porque dizia  
800 assim: “Apresentação e funcionamento das aprovações de projetos de contrapartidas”.  
801 Então, eu acho que nós podemos estudar um pouco mais do funcionamento interno e dos  
802 critérios como são dados para a gente poder decidir melhor aqui e contribuir para as  
803 comunidades. Eu acho que uma das formas de fazer isso, muito bem sugerido pela Lívia,  
804 poderia ser através de estudos de caso, porque a fala às vezes fica muito genérica muito  
805 didática e a gente não consegue assimilar. Então, nós poderíamos pegar dois casos para  
806 estudar as contrapartidas da Multiplan e o caso do Iguatemi. Seria uma forma de,  
807 efetivamente... (Manifestação fora do microfone). Da OAS? Não, nem falo deste,  
808 Felisberto, mas da gente poder se apropriar melhor daquilo que nós fizemos como fusão,  
809 se é uma contrapartida, uma compensação, se é uma medida mitigatória, se é um termo  
810 de conversão de área pública ou o que seja. Nesse sentido, eu gostaria que o Procurador  
811 nos ajudasse a esclarecer, porque ele diz assim, que não tem muita discricionariedade  
812 nesses procedimentos e nos projetos encaminhados. Eu pergunto e tenho visto aqui e  
813 alguns expedientes que muitas vezes as decisões técnicas dos funcionários são  
814 submetidas a uma análise da PGM e a PGM dá uma interpretação para o caso. Aí não é  
815 uma decisão técnica, é uma interpretação para o caso. Isso aconteceu, por exemplo, no



816 Country Club. Queria aproveitar a oportunidade, quem sabe o Procurador me esclareça por  
817 que o termo de compromisso do Country, até hoje não esclarecido, foi firmado antes da  
818 aprovação dos projetos? Porque tem até lei que determina o decreto, que determina qual é  
819 o momento exato que ele tem que ser formado. Nós tivemos algumas exceções. Ficam  
820 essas colocações no momento. **Clarisse Misoczky de Oliveira (Titular), Instituto de**  
821 **Arquitetos do Brasil – IAB/RS):** Boa noite. Obrigada, Germano, pelos teus  
822 esclarecimentos, sobre tudo por lembrar a este Conselho que nós desempenhamos aqui  
823 atividades de planejamento, porque o que acontece no nosso dia a dia, desde que eu  
824 entrei, como os colegas já disseram, é visível às vezes em um debate mais acalorado,  
825 porque gera certa irritação por falta de respostas. Então, eu vou colocar duas questões,  
826 uma é que desde a implantação do PDDUA são previstos os mecanismos de participação  
827 da sociedade, via o art. 46 que o IAB volta e meia traz aqui para este Conselho, para  
828 sanar, inclusive, questões colocadas pelo senhor. O que acontece é que nós vemos o  
829 empreendedor chegar aqui, apresentar o projeto e nós vemos o encaminhamento da  
830 prefeitura e dos técnicos em viabilizar esse projeto, mas nós não vemos o mesmo  
831 empenho dos técnicos da prefeitura em fazer a realização desse artigo 46, pelas reuniões  
832 nas regiões de planejamento e pelas audiências públicas. Elas só passam a acontecer,  
833 como foi no caso do “bairro aeroporto”, que o conselheiro da RGP. 2 pediu audiência  
834 pública, outros conselheiros também, teve que ir à Câmara de Vereadores pedir apoio,  
835 porque o executivo não fez. Isso cauda um constrangimento aos conselheiros, porque  
836 outros colegas e o próprio secretário muitas vezes dizia: “Mas este processo está  
837 tramitando durante anos, agora a gente vai fazer isso?” (Falas concomitantes, curto circuito  
838 na tomada). Está tudo certo? Bom, queria só complementar a questão do caso da Arena,  
839 no projeto elaborado tinha shopping, torres comerciais, o estádio e tudo mais. Isso era a  
840 justificativa da prefeitura de fazer a isenção do ISSQN, TBI, PDTU, tão caro ao orçamento  
841 do município, como nós vimos na apresentação do Secretário da Fazenda na reunião  
842 passada. Por este mesmo motivo a prefeitura faz investimentos na contrapartida e o  
843 empreendedor não só muitas vezes não realiza as suas obras de mitigação, como não  
844 realiza o empreendimento como um todo e quem fica com o prejuízo é o município. Por  
845 fim, faz 20 anos que temos este Plano Diretor, que prevê essa flexibilização das práticas  
846 de planejamento urbano, mas ele ainda prevê o planejamento urbano, que quer  
847 avaliação. Em casas como RGP. 5, RGP. 4, tem um projeto especial ao lado do outro.  
848 Existe uma avaliação sobre os impactos passados esses 20 anos? A quantas anda a  
849 região? Naquele lugar tem condições de ter um novo grande empreendimento? Por mais  
850 que se faça obras de mitigação existe um limite, a cidade tem um limite do bem viver,  
851 vamos dizer assim. E com os meus colegas finalizando, gostaria muito de ver  
852 transparência dos dados, de quais são os termos, o que consta, o que foi executado e o  
853 que não foi. Não é possível, aqui nós aprovamos todos os projetos, porque dizem que é o  
854 lugar de aprovar e não de planejar e a gente segue aprovando sem nenhum conhecimento  
855 do que está acontecendo. Obrigada. **Germano Bremm, Procuradoria Geral do**  
856 **Município – PGM:** Respondendo aos três, que foi com relação... A gente tem no site da  
857 PGM, a Patrícia eu acho que compartilhou com os colegas o link para se ingressar e onde  
858 tem as medidas ali. De fato, é documento complexo, porque vão todas as medidas a partir  
859 dos estudos de impacto que geraram essas mitigações, elas são transportas nesses  
860 termos de compromissos. Eu acho que o nosso desafio é conseguir mapear isso dentro do  
861 território da cidade. E saúdo o Gabriel da SMAMS que fez um trabalho muito bacana,  
862 começou a desenvolver esse projeto a partir de um software. A gente vem em um grupo de  
863 trabalho tentando equacionar isso e apontar esses critérios, esses controles,



864 monitoramentos. No entanto, sempre a dificuldade de viabilizar, de implantar, enfim, por  
865 isso é importante a contribuição de vocês, que vem muito a calhar com o nosso trabalho. O  
866 Country, que a Claudete comenta, o que se fez ali? Uma situação um pouco diferente, o  
867 município vem há muitos anos tentando viabilizar aquela área para implantação da Anita.  
868 O Iguatemi nas medidas mitigatórias constou a obrigação de executar a área, o município  
869 tinha que desapropriar, mas nós tínhamos a dificuldade financeira. A partir do momento  
870 que o Country veio com o interesse em fazer o desmembramento daquela região, ou  
871 fracionamento, teve uma discussão inicial de processo, onde eles iriam tirar só um trecho  
872 do território e ia se adotar a linha do fracionamento, em função de que era um  
873 remembramento, que em função disso o módulo que não iria doar passaria a doar. Então,  
874 haveria uma doação em função desse remembramento positivo para o município. Depois,  
875 no transcurso do processo surgiram as outras áreas e isso se transformou em  
876 desmembramento. Teve uma discussão que se arrastou de qual a modalidade mais  
877 adequada, o empreendedor seguia em uma linha e o município tinha o maior interesse em  
878 receber aquelas áreas. Por isso firmamos um termo de compromisso regrado essa  
879 disposição, regulamos e o município tem essa possibilidade de em qualquer tempo regular  
880 em um termo de compromisso com o empreendedor, independente da aprovação do  
881 empreendimento. Aquele primeiro termo de compromisso regulava o procedimento, não  
882 falava em medida mitigatória, ele dava a composição do procedimento que deveria seguir  
883 para o empreendedor continuar o projeto e nós recebermos aquela área que era o nosso  
884 maior interesse. Depois teve de fato a aprovação, na linha do desmembramento, aquele  
885 primeiro termo de compromisso foi revogado. Como o empreendedor se dispôs a doar  
886 antecipadamente a área, superou a discussão que tinha e seguimos a modalidade, após  
887 foi feito o termo de compromisso. (Manifestação fora do microfone). Assim, nós podemos  
888 firmar a qualquer tempo, coordenação e área de destinação pública não tem margem, é  
889 20% da lei que ele tem que doar. Então, não teria outra medida para o parcelamento do  
890 solo além dos 20%. Não é edificação que está se aprovando, é parcelamento. Então, a  
891 doação é recorrente da lei, tu podes firmar antes – olha, ele tem que doar 20% da área de  
892 terra. Enfim, acho que era isso. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de**  
893 **Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Boa noite. É a minha primeira participação  
894 aqui. Eu parableno ao Procurador Germano. Eu acho que é a primeira vez que vejo um  
895 integrante desta gestão vir para uma mesa de diálogo para poder propor este tipo de  
896 diálogo abertamente. Em relação aos temas tratados, são sumamente importantes para a  
897 cidade. Acredito que a gente vai a um ponto de trabalhar e discutir temas já na parte final  
898 de todo este processo, que são projetos de compensação e mitigação, antes que isso  
899 tenha mais uma (Inaudível) e levemente se discute aqui o que são essas diretrizes da  
900 CAUGE, que são fraquinhas, permitem tudo na construção. É por isso que os nossos  
901 colegas da SINDUSCON fazem uma festança quando vem essas diretrizes, as atuais tem  
902 que ser corrigidas. Por quê? Porque emanam de um projeto de cidade de muito tempo  
903 atrás, 1980, 1990. Por exemplo, a diretriz da EPTC, falar que o empreendimento deverá  
904 prever a fluidez de trânsito, por exemplo, é uma medida que já não comporta para uma  
905 cidade como a de Porto Alegre, que está precisando de outro tipo de medida. Essa fluidez  
906 é que o empreendedor faça mais faixas de trânsito. Eu proponho a criação de um grupo de  
907 trabalho para revisarmos essas diretrizes, que são medidas anacrônicas (Inaudível). Por  
908 exemplo, o Cais Mauá, das 10 intervenções 80% não foram solucionadas, o consultor  
909 responde – não posso fazer nada! Isso passa para a parte de compensação monetária.  
910 Então, qualquer coisa que se faça em Porto Alegre vai ser construído, por mais agressão  
911 que e faça ao meio ambiente, por mais veículos que eu coloque na rede viária, vai ser



912 construído porque as nossas diretrizes só muito fracas e não proibem o suficientemente. É  
913 aqui o lugar para corrigirmos, por isso a implementação de um grupo de trabalho para  
914 melhorar essas diretrizes, eu acredito que é fundamental. Eu acredito que temos que  
915 começar a trabalhar e temos aqui diversos organismos para ajudar a prefeitura a trabalhar  
916 essas diretrizes. Muito obrigado. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular),**  
917 **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Eu queria colocar algumas questões,  
918 que no mandato anterior, inclusive, com a contribuição do nosso Assessor Jurídico da  
919 falecida SMURB, a gente conseguiu que pudéssemos ter acesso às reuniões e pautas da  
920 CAUGE para poder justamente começar a desvencilhar esta caixa, que são as  
921 contrapartidas, medidas mitigatórias e etc. Eu até tive a oportunidade de participa da  
922 discussão de um dos processos que estamos revendo, que é o processo do Zaffari. Então,  
923 para registrar para alguns aí. A minha sugestão e em um primeiro momento seria uma  
924 pergunta e depois uma sugestão, existe um valor estipulado de um erário, por exemplo, de  
925 uma medida mitigatória que vai sair valor “x”, digamos que isto exista. Em existindo isso a  
926 gente não poderia trabalhar com a PGM e fazer isso? Para que se destine um percentual  
927 de 1%, por exemplo, do valor de medidas para que esse valor seja discutido com a própria  
928 região para definir onde colocar esse dinheiro? Que a gente possa discutir isto dentro do  
929 OP também, não só nas regiões. É isso. **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular),**  
930 **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Boa noite. A gente tem discutido  
931 bastante que o fórum para esta discussão é a CAUGE, independente das diretrizes, é que  
932 o funcionalismo público é legalista. Todos que são funcionários públicos aqui seguem a  
933 legislação. O que tu citaste de deixar 1% é o que a Lomba do Pinheiro tem lá. Já tem, esta  
934 é uma proposta feita conquistada pela região, que se criou todo um conjunto e se discute  
935 essas contrapartidas. Agora, isso é questão de organização da região. Muitos colocam que  
936 a prefeitura tem que ir a vocês, não, eu acho que vocês que são os integrantes, que estão  
937 nós aponta e com dificuldades, vocês tem que se organizar, tirar um documento e trazer  
938 com informações. Essa é a participação poder popular. A CAUGE é pública. Eu sempre  
939 recebi, os conselheiros recebiam a pauta da CAUGE e eu não estou recebendo mais. E a  
940 própria região pode ri a CAUGE fazer suas solicitações, dentro do regimento interno da  
941 CAUGE, é público, é participação popular. Vão procurar os fóruns para discutir. A questão  
942 dos quesitos, tudo tem legitimação, gente. Obrigado. **Germano Bremm, Procuradoria**  
943 **Geral do Município – PGM:** Eu acho que só contribuíram, o Jackson, o Emílio, poucas  
944 dúvidas foram levantadas. Que boa, Emílio, toda a tua explanação e que a gente tenha  
945 oportunidade de no próximo Plano Diretor trazer essa discussão das mitigações. Enfim,  
946 nós somos apaixonados por planejamento urbano, vamos trabalhar nesses critérios e dar a  
947 maior clareza necessária que o procedimento exige. **Sérgio Koren (1º Suplente),**  
948 **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Boa noite. Eu nem ia me  
949 pronunciar, mais para agradecer pela vinda do Germano, conheço ele a longa data. A  
950 minha manifestação é até de cunho pessoal, pelo empenho que ele tem em exercer s  
951 funções que ele exerce hoje na Procuradoria e como tentava fazer da melhor forma os  
952 andamentos dos processos que tramitavam na outra secretaria, que era a antiga SMURB.  
953 É um cenário de dificuldades, para a gente conseguir mudar tem que ter um Plano Diretor  
954 técnico, direcionado, tem que ter uma conotação mais técnica do que política para saber  
955 em que situação a cidade se encontra. Então, seria isso. **Luiz Antônio Marques Gomes**  
956 **(Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Germano, quero agradecer  
957 a tua disponibilidade de vir conversar com a gente. Um ponto que quero comentar é o  
958 seguinte, o fluxo dos processos precisa ser melhorado, com a revisão do Plano Diretor  
959 pode ser que surja alguma ideia que melhore, que é o seguinte: onde é que nós



960 apanhamos? Nós apanhamos quando nos cobram nas comunidades o que não foi  
961 atendido de demandas. Aí explicar que o processo não passa por nós, que é discutida na  
962 CAUGE, fica complicado. Eu não sei se a não vinda das pautas da CAUGE não tem a ver  
963 com a saída da Aline, porque ela nos repassava. Eu acredito que esteja vindo aqui para a  
964 secretaria e a secretaria do conselho não está fazendo este movimento de disponibilizar  
965 como era antes. Acredito, Presidente, que isso deva ser regularizado. Outro aspecto  
966 importante, a questão das reivindicações das regiões, eu estou trabalhando muito mais e  
967 bastante próximo do OP, através de FROP para ir discutir questões do planejamento  
968 urbano da cidade. E eu tenho devolvido ao FROP outra questão, que eu preciso saber  
969 quais são as reivindicações para eu ter conhecimento, até para poder em alguma  
970 oportunidade colocar neste ou naquele Fórum. O mais importante que surge nesta  
971 conjuntura é a conversão de área pública, porque no momento que tem uma demanda  
972 grande de áreas que são disponibilizadas para o município por causa da conversão  
973 obrigatória dos 20% de cada empreendimento, a partir de 3.000, 5.000m<sup>2</sup>, tu tens um  
974 banco de terras, quando esse banco de terra pode se transformar em pequenas obras, as  
975 comunidades devem estar organizadas, é aí que eu incentivo os FROPs para que tenham  
976 projeto, que estejam com ruas cadastradas, para que tenham documentação legal e que  
977 tenha orçamento. Por exemplo, as escolas comunitárias, aproveitem o projeto, levem para a  
978 Secretaria de Educação, façam um orçamento oficial. De repente surge um  
979 empreendimento que o conselheiro sabe e o FROP sabe – Oh, vai sair um  
980 empreendimento grande na região, vai gerar uma grana legal! Então, quem sabe com essa  
981 conversão de área pública se faz a reforma da escola ou do posto de saúde, até de  
982 praças. Então, é um momento importante para dinamizarmos a falta de recurso no  
983 município, que cada vez é mais crônica a situação. Então, agradeço mais uma vez muito  
984 obrigado pelo bem trabalho que apresentou para nós. **Emerson Gonçalves dos Santos**  
985 **(Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e**  
986 **Ambiental – OP-HOCDUA:** Seja bem-vindo, Germano. Eu acho que os termo de  
987 compromissos vêm há algum tempo aqui no Conselho solicitando explicações para ver o  
988 formato, o curso de atendimento, tanto das contrapartidas, das medidas mitigatórias e  
989 compensatórias. Eu acredito que as regiões tenham um maior anseio em relação a isso,  
990 porque querem saber do curso, em que momento começam a serem atendidas as  
991 medidas, em que momento começam a ser atendidas as contrapartidas. Este curso é  
992 muito interessante. Em relação á falta de informações nas regiões, eu acho que o Maurício  
993 colocou uma situação bem interessante na última reunião de criar um diagnóstico em  
994 relação ás demandas que podem virar contrapartida, alguma medida de atendimento. Os  
995 valores, qual a base de cálculo dessas obras que vão ser atendidas? Às vezes são valores  
996 irrisórios e em outros casos só absurdos, que o empreendedor quase desiste do projeto.  
997 As informações do site, não é um site tão fácil de achar, é bem complicado e não tem  
998 todos os termos de compromissos, mesmo no histórico que a gente vai e busca, falta muita  
999 informação. Esse banco de dados, que eu entendi que está sendo construído, é muito  
1000 importante, até para atender o emergencial, porque muitas vezes estão atendendo  
1001 demandas que não são emergenciais. Por exemplo, peguei uma demanda da Multiplan  
1002 que está atendendo lá no Belém Velho, nem perto não é. O processo é dentro da região de  
1003 planejamento e a demanda atendida é fora da região de planejamento. Então, essa  
1004 concentração da demanda seria muito importante. Em ao que o Chico colocou, das  
1005 demandas do OP, nós temos situações dentro do plano de investimentos do OP que são  
1006 compras de área para posto de saúde, para creche. Para que isso se tem uma imensidão  
1007 de áreas que são já doadas para o município e as pessoas estão demandando área. Tudo



1008 bem que vai ter que construir, mas é mais um custo para o município. Então, ao invés de  
1009 investir em compra de área se investe na construção dos equipamentos. Só pontos que eu  
1010 quero deixar. O governo vem nessa crise há cerca de 3 anos e eu acho que as demandas  
1011 do OP são bem atendidas dentro dessas contrapartidas e medidas que estão sendo  
1012 apontadas dentro dos processos. Obrigado. **Germano Bremm, Procuradoria Geral do**  
1013 **Município – PGM:** Bom, quero agradecer pela manifestação de vocês, que bom que tive a  
1014 oportunidade de conviver nós gestão passada, eu aprendi bastante com vocês,  
1015 conselheiros experientes. A gente tem uma sinalização de equacionamento, esta  
1016 identificação mais clara quando chega o processo para cá. A Secretaria de  
1017 Desenvolvimento Econômico, propomos um decreto onde teria um parecer compilado, um  
1018 parecer de todas as questões que vêm da EPTC, da SMAMS e de todos os demais  
1019 órgãos. É para trazer uma clareza das medidas mitigatórias e não ser dentro de um texto  
1020 como um todo e vocês terem dificuldade de extrair isso. Em relação ao momento da  
1021 execução das medidas, de fato, é um desafio, a gente vem tentando trabalhar melhor no  
1022 monitoramento, mas a gente tem dificuldade de mensurar isso, porque nem sempre o  
1023 empreendimento que entrou com medida mitigatória foi executado, no tempo negocial da  
1024 incorporação, enfim, o momento econômico, ele pode levar o empreendimento para frente  
1025 ou não. Então, no momento da fixação a gente não tem esse cronograma de execução. O  
1026 que a gente tem de filtro é a carta de habitação. Os valores das obras, Emerson, a gente  
1027 não trabalha com valores, trabalha com obrigação, são os estudos que indicam as  
1028 mitigações correspondentes. Então, a gente não fixa valores. Gera muita briga, porque, de  
1029 fato, às vezes as obras não são corretamente mensuradas e podem não ser proporcionais  
1030 ao investimento. Hoje a gente indica a obra e nunca os valores. Eu agradeço à  
1031 oportunidade, ao secretário Maurício. Parabéns o trabalho de vocês, que apesar de toda  
1032 a dificuldade do dia a dia estão aí na terça-feira à noite, passadas às 21 horas, fazendo a  
1033 sua parte pela comunidade. Isso é motivo de todo nosso aplauso e contribuição.  
1034 (Aplausos). **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente**  
1035 **e da Sustentabilidade - SMAMS:** Essa questão da conversão, seu que tem um grupo  
1036 técnico trabalhando nisso, a gente não tem condições de acompanhar todas as reuniões.  
1037 Tudo bem, na minha visão nós não temos nenhuma atribuição de definir contrapartida, isto  
1038 aqui não é o OP, nós temos o representante do OP. Semana passada eu já falei, eu me  
1039 proponho a fazer seminários em cada região de planejamento, a gente organiza isso. A  
1040 CAUGE também foi uma questão de organização nossa, vamos retomar os envios das  
1041 pautas. Então, Germano, quero te agradecer por vir aqui, isso demonstra o respeito por  
1042 este plenário e conselheiros. Senhores, temos uma ata para aprovar, alguém tem alguma  
1043 consideração? É a Ata nº 2792. Os favoráveis permaneçam como estão. Abstenções?  
1044 (Contagem de abstenções = 09 abstenções). **APROVADA A ATA.** Então, senhores, muito  
1045 obrigado pela presença.

1046

1047

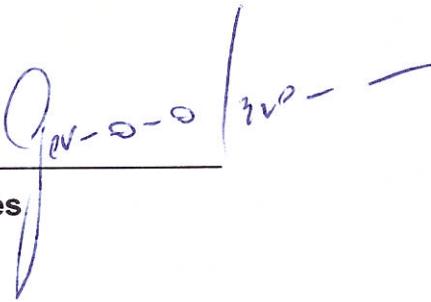
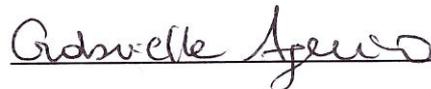
1048

1049

1050

1051

1052

  
\_\_\_\_\_  
**Maurício Fernandes***Presidente*  
\_\_\_\_\_  
**Giswelle Aguiar***Secretária Executiva**Relatora*



1053

1054 **Ata aprovada na sessão plenária do dia 18/6/2019, ... retificações:**